

---

**UMA OPÇÃO URGENTE: EXÉRCITO DE QUALIDADE  
OU EXÉRCITO DE QUANTIDADE?**

---

---

## UMA OPÇÃO URGENTE: EXÉRCITO DE QUALIDADE OU EXÉRCITO DE QUANTIDADE?

---

1. A reestruturação das Forças Armadas é um problema urgente em Portugal.

Para justificar quanto é imperioso fazê-la, bastaria lembrar as profundas transformações que se verificaram após o 25 de Abril — muito em especial a descolonização.

No que toca ao Exército, acresce que este se apoia, ainda agora, numa organização que, basicamente, remonta a 1937. E, desde então, tanto mudou o mundo do ponto de vista político e militar!

Por isso, parece-me útil analisar alguns dos pressupostos que estão na base de qualquer reestruturação.

Esta análise conduzir-me-á a uma solução ideal — a uma Meta, segundo a terminologia agora em voga. Meta que designarei por Exército de Qualidade, por oposição à solução que vinha sendo seguida de Exército de Quantidade.

2. Em linhas muito gerais, pode dizer-se que uma organização do Exército terá de assentar numa cadeia de pressupostos, de que se destacam os seguintes:

- Definição da Ameaça, discriminando possibilidades e probabilidades;
- Definição da Estratégia Global e da Estratégia Geral Militar, adequadas;
- Manobra Militar, para lhe fazer face;
- Sistema de Forças a constituir para esse efeito e sua Articulação nos vários Ramos;
- Organização do Comando a estabelecer para o sistema de forças previsto; e, finalmente,
- Missão de cada um dos Ramos.

Num breve artigo, evidentemente que não tenho a pretensão de apresentar uma análise nem profunda nem exaustiva do problema. Tentarei, simplesmente, reunir um certo número de elementos que ajudem a compreender algumas conclusões a que cheguei.

Por isso, não abordarei separadamente cada um daqueles aspectos. Seguirei o caminho de destacar o que foram, quanto a mim, as mais significativas alterações verificadas, a partir de 1937, nos três campos — das realidades internacionais, da realidade nacional e dos conceitos militares — com repercussão no problema em estudo. E daí avançar, então, para a solução teórica — a tal Meta.

### 3. Julgo que não necessita de demonstração afirmar que há hoje:

- uma sociedade internacional nova e muito diferente daquela que existia até 1945 (final da II G. G.);
- uma realidade nacional profundamente diferente daquela que existia até 1974;
- um conceito de emprego de forças terrestres bastante diferente (em especial, quanto à forma de executar uma atitude inicial de defensiva) daquele que existia na década de 60 — evolução verificada, sobretudo, no âmbito NATO.

Resumidamente apresentarei, em seguida, alguns traços muito característicos destas alterações e a sua incidência nos pressupostos antes referidos.

### 4. Quanto à nova realidade internacional, destacarei:

- Evolução, cada vez mais rápida, no sentido de consagrar e aumentar a interdependência dos Estados;
- Aumento do número e do poder de intervenção das organizações supranacionais;
- Generalização do receio da guerra e da sua condenação;
- Inexistência, na Europa Ocidental, de conflitos militares entre Estados, não tendo mesmo surgido qualquer ameaça que levasse a um princípio de mobilização ou medidas especiais de segurança.

Para tal quadro político, as actuais doutrinas estratégicas dizem que:

- É fortemente improvável, e dentro de poucos anos impensável, uma guerra clássica limitada entre parceiros em estruturas supranacionais,

militares ou políticas, da Europa Ocidental (como, por exemplo, a NATO ou a CEE) — não somente pela «arbitragem» das potências que lideram essas estruturas, como pela própria realidade nova que vai surgindo entre dois Estados vizinhos, os quais, tendo que desvanecer fronteiras, pôr em comum as suas economias e associar intimamente as suas forças armadas, vão, pouco a pouco, anulando tensões e possíveis causas de conflito (a aparente excepção que foi o confronto, em Chipre, da Grécia e da Turquia não invalida a conclusão, até porque se não trata de países da Europa Ocidental, área que é o objecto da análise);

- Qualquer agressor só desencadeará uma Guerra Clássica limitada, desde que possa «ganhar na primeira batalha», ou seja, esperar a vitória num confronto muito rápido (alguns dias), com a conquista, portanto, nesse embate inicial, de um objectivo importante — no caso de Portugal, parece que objectivos remuneradores para o risco a que o agressor se expõe somente serão Lisboa, os Açores (no seu todo ou, no mínimo, as suas ilhas fundamentais) e, talvez, a Madeira (incluindo Porto Santo);
- A solução de conflitos entre Estados se procurará, normalmente, no âmbito da chamada Guerra Fria ou das Guerras Nacionais (nas suas três formas clássicas, de Guerra Subversiva, Golpe de Estado e Revolução, e agora na do Terrorismo internacional) — hipótese que há sempre que admitir, muito em especial relativamente a Estados vizinhos, mesmo que ambos estejam integrados em organizações supranacionais comuns.

5. Quanto ao que é a nova realidade nacional, julgo que as características mais importantes são as seguintes:

- Somos, agora, um país pequeno — um «arquipélago» com três «ilhas» (Continente, Açores e Madeira) —, todo ele implantado dentro da área NATO e uma zona com padrões de civilização comuns e altamente evoluídos;
- Não temos fronteiras, como outrora, que sejam objecto de discussão (por serem recentes ou não aceites internacionalmente): a nossa fronteira terrestre actual é antiga, está consolidada e é com um só

- país, e a fronteira marítima está, toda ela, em zona coberta pela NATO — ou seja, por um lado, fronteira terrestre estável e, por outro, fronteira marítima em área amiga e vital para esse Amigo;
- Somos, agora, um país sem conflitos rácicos, étnicos ou culturais e sem tensões internas, além das decorrentes de sermos um «arquipélago» — com uma «ilha» na Europa e as outras duas no Atlântico;
  - Estamos integrados na NATO e esta Aliança está já associada a Espanha, através de acordos com os EUA;
  - Vamos, muito em breve, integrar-nos no Mercado Comum, o mesmo vindo a suceder à Espanha;
  - A descolonização alterou profundamente a relação entre as superfícies terrestre e marítima que se incluíam dentro das nossas fronteiras, e a extensão das águas territoriais para 200 milhas veio ampliar esse desequilíbrio.

Daqui, retirarei mais as seguintes conclusões de interesse directo para o assunto em estudo:

- Todo o nosso território e águas territoriais são «protegidos» pela NATO e todos os seus objectivos importantes são de importância também para esta Organização — pelo que um possível Inimigo para qualquer sua intervenção armada, exclusivamente contra Portugal, necessita de prévia «cobertura» da Aliança ou, no mínimo, dos EUA;
- Embora durante alguns anos, ainda possam perdurar em Portugal conflitos internos graves, é previsível que estes se irão atenuando com o tempo, por não se apoiarem em causas estruturais e serem, apenas, conjunturais;
- Toda a nossa manobra militar deve ter por base, agora mais do que nunca, o impedir que qualquer possível IN se possa apoderar, simultaneamente, das três «ilhas» (Continente, Açores e Madeira) que constituem o todo nacional, e não o assegurar a todo o custo a posse de alguma delas (Lisboa, inclusive), correndo nesta hipótese o risco de com um desaire no esforço principal arrastar a queda dos dois restantes objectivos — conclusão, aliás, a que já se chegara durante a II G.G., e então se experimentou com êxito;
- O sistema de forças a constituir deve traduzir o novo país que somos: redução em mais de 20 vezes do terreno a defender; redução

muito menos sensível do espaço aéreo; aumento significativo das águas a defender, patrulhar ou controlar — o que obriga a um certo equilíbrio entre os três Ramos, alterando-se totalmente a situação existente até 1974 em que tinha de existir uma componente terrestre predominante e muito mais volumosa.

6. Quanto à evolução sofrida pelos conceitos de emprego das forças terrestres numa atitude defensiva, destacarei que:

- Se está a substituir, cada vez mais acentuadamente, o conceito de «parar o IN o mais à frente possível» pelo de «adiar o mais possível o empenhamento das NT» — tanto pelo respeito crescente pelo valor que é a vida do Homem-Combatente, como pelo receio de que inicialmente o IN consiga um grande desequilíbrio a seu favor do potencial de combate, tornando-se, por isso, necessário desgastá-lo antes de o tentar parar, já que uma tentativa de defesa prematura tudo podia comprometer, abrindo ao IN uma exploração do sucesso fulminante;
- O combate defensivo, sobretudo no início das hostilidades, é conduzido num dispositivo elástico e descentralizado, dando-se particular ênfase aos fogos a distância e às barragens — evolução táctica que lógica e naturalmente se acentuará, pois cada vez se quer fazer a guerra mais com a tecnologia do que com o Homem.

Estes conceitos estão já em vigor na NATO. Terão, por maioria de razão, plena aplicação para nós, na hipótese de virmos a ser vítimas de uma agressão, em que a NATO não intervenha. Deveremos, assim, estudar a nossa defesa admitindo que a superioridade inicial do IN é muito maior do que aquela que permite encarar, com uma normal probabilidade de êxito, uma defensiva clássica.

Isto quer dizer que, num conceito actualizado de defesa, e no que se refere ao território do Continente — já que as Ilhas não permitem uma manobra terrestre de certo vulto —, teremos de:

- Admitir a defesa de uma grande parte do TN segundo conceitos que não impliquem o empenhamento das poucas forças disponíveis para a defesa do Objectivo vital (Lisboa) e, porventura, de Objectivos intermédios importantes — ou seja, utilizar nas áreas que se vão aban-

donando ao IN os chamados «processos irregulares», os quais deverão ser vistos, todavia, como integrados na manobra convencional, pois são um dos meios de desgastar o IN e reduzir o seu potencial de combate a níveis que tornem possível a defesa;

- Dispor de Forças terrestres com grande mobilidade e grande poder de fogo, quer próprios quer de apoio — isto é, em que interessa mais um homem bem armado, bem treinado e deslocando-se com velocidade e segurança, do que vários mal armados, mal instruídos e deslocando-se a pé; em que é vital um poderoso apoio de Artilharia e um eficaz apoio de Engenharia e de Transmissões;
- Possuir Quadros altamente treinados e actualizados, não somente na conduta do combate, que será cada vez mais descentralizada, como num perfeito conhecimento do manuseamento e da manutenção do material mais moderno, o qual só será adquirido ou fornecido ao nosso Exército em data muito próxima do início das hostilidades
- contingência em que se encontram os países sem grandes recursos económicos e que não tomam a iniciativa do ataque.

7. Penso que esta breve análise, no campo quase abstracto dos princípios em que foi feita até agora, não suscitará grandes discussões ou dúvidas. Elas só surgem, normalmente, no passo seguinte: quando da teoria se passa à prática.

Como sabemos, a condicionar qualquer solução que se queira pôr em execução, estão, inevitavelmente, as limitações financeiras. E, então, o dilema «Exército de Qualidade ou Exército de Quantidade» surge em toda a sua exigência de opção.

No campo teórico, ninguém deixará de se dizer partidário de um Exército de Qualidade — até por sermos agora um país pequeno. Todavia, quando esta afirmação se tem de transformar em opções muito concretas, nessa altura começam as dificuldades — pois há que escolher. Por exemplo, entre: Mais viaturas ou mais Batalhões? Mais bocas de fogo ou mais quartéis abertos? Quadros com melhor qualidade e preparação ou incorporação e enquadramento anual de um efectivo de praças mais numeroso?

8. Descerei, por isso, agora, para um plano mais concreto — para as consequências que, quanto a mim, decorrem do quadro atrás esboçado.

Começarei pela definição da ameaça que me parece mais consentânea com as considerações que venho fazendo.

Julgo que as ameaças possíveis a Portugal se poderão enquadrar todas numa das três seguintes:

- a) Ameaças à Segurança Interna.
- b) Agressões ou actuação no quadro NATO.
- c) Agressões fora do quadro NATO.

Sem entrar em pormenores na caracterização de cada uma destas ameaças, abordarei, apenas, num ligeiro apontamento, dois factores fundamentais: o tempo e a prioridade destas ameaças.

De momento, pode dizer-se que se trata de ameaças qualquer delas não prementes no tempo, com excepção talvez — mas, mesmo esta, somente em certa medida — da referida na alínea a).

Quanto a prioridades, como se sabe, a tarefa prioritária do Exército (Decreto-Lei n.º 949/76) é «assegurar a defesa terrestre do TN». Daí que sejam prioritárias para o Exército as ameaças contidas nas alíneas b) e c).

A ameaça referida na alínea a) apenas é enquadrável na alínea d) do n.º 1 do artigo 1.º do referido Decreto-Lei, onde se diz «colaborar na garantia do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa». Isto significa que esta tarefa é da responsabilidade primária das Forças de Segurança e outras organizações e que, nela, cabe ao Exército um papel acessório — papel que cumprirá na medida das possibilidades que lhe confere a estrutura criada para satisfazer as tarefas que são da sua responsabilidade primária.

9. Do que fica dito, concluo que se pode considerar como fulcral a existência do sistema de forças necessário para responder ao compromisso NATO. Não podemos esquecer que tal compromisso teve em conta, ao fixar a nossa participação, que esta fosse equilibrada num duplo aspecto — no do sistema de forças NATO e no das nossas possibilidades.

Este sistema de forças terá possivelmente uma componente terrestre.

No caso concreto em análise, tem-na: é uma BMI — a qual deverá, assim, ser a pedra base da nossa estrutura operacional.

Com esta força — em tese — satisfazemos plenamente as ameaças definidas na alínea b), completando-a, como é evidente, com a possibilidade de,



em tempo oportuno, convocarmos, organizarmos e treinarmos outras forças.

Em tese ainda, não é concebível que, se esta Brigada estiver empenhada (dentro ou fora do País) para fazer face a uma ameaça no âmbito NATO, Portugal tenha de — simultânea e isoladamente — enfrentar uma ameaça fora do quadro NATO. Deve contar-se sempre, portanto, com a BMI como força disponível para as ameaças contidas na alínea c).

De que assim é, já temos experiência, quando desviámos, a partir de 1961, o nosso esforço militar para o Ultramar — área que estava, ainda para mais, fora daquela que o Tratado defende.

10. Resta agora o problema de saber qual o tipo e o volume de forças necessários, além da BMI, para fazer face à ameaça da alínea c). Fixadas estas forças, estariam definidos os encargos operacionais do Exército. Com efeito, nos termos do Decreto-Lei n.º 949/76, são as forças a constituir para «assegurar a defesa terrestre do TN» — e somente estas — que devem colaborar para a contenção da ameaça da alínea a). Ou seja, não devem conceber-se forças operacionais que visem, exclusiva ou prioritariamente, a Segurança Interna.

Para resolver o problema da ameaça fora do quadro NATO, por esta não estar iminente nem ser previsível a curto prazo, dois caminhos se abrem.

Um leva-nos a constituir, desde já, o máximo de forças que o Orçamento permite. Nesta solução, faz-se o esforço na constituição e treino do maior número possível de Unidades Operacionais, equipadas com o material existente e empenhando nelas, prioritariamente, os Quadros actuais só com a preparação que possuem.

O outro caminho conduz-nos a adiar o levantamento do máximo de forças para mais tarde, aproveitando o factor tempo de que se dispõe. Para já, reduzir-se-iam ao máximo os efectivos e as Unidades Operacionais, e, enquanto a ameaça continuar remota, o esforço seria dirigido no sentido de preparar e equipar um Exército moderno e eficiente. É uma solução que admite o risco de uma menor capacidade defensiva (pelo menos, aparente) durante um curto período. Mas é também aquela que permite, mais rapidamente, podermos ser um parceiro válido na NATO e sermos capazes de organizar, instruir e mobilizar forças verdadeiramente eficazes.

11. Eu, decididamente, opto por esta segunda solução.

Reduziria ao máximo o efectivo de praças presente nas fileiras e os encargos operacionais. Concentraria o dispositivo, fechando ou desactivando quartéis e libertando Quadros.

E investiria as verbas e o pessoal assim disponíveis na aquisição de material e no treino, actualização e aperfeiçoamento dos Quadros, e, em paralelo, organizando um sistema de mobilização eficiente.

E, a pouco e pouco, iria, se necessário então, aumentando os efectivos operacionais.

12. Penso que só por uma solução deste tipo poderemos vir a ter, dentro de poucos anos, o tal Exército de Qualidade, capaz de fazer face, com alguma probabilidade de êxito, a uma agressão fora do âmbito NATO.

Ir, desde já, constituir Unidades que teoricamente permitem formar Brigadas — Brigadas que não têm qualquer mobilidade, a que faltam os apoios necessários e cujos Quadros estão mal treinados e desactualizados — é, quanto a mim, uma solução que não serve o País nem o prestígio e o futuro do nosso Exército. E é uma solução perigosa.

É perigosa para Portugal e para o prestígio do Exército, por dar uma falsa confiança (a civis, sobretudo) num mínimo de eficiência que sabemos de antemão não existir. E a prova se viesse — nenhum de nós tem a mínima dúvida — seria desastrosa e humilhante para o País e para nós, militares profissionais.

É perigosa para o futuro do nosso Exército, porque sabendo como técnicos, à partida, que tais forças não nos poderão defender eficazmente, estamos a retardar a solução que algum dia nos permitiria vir a tê-las.

E quem sabe se a comprometé-la irremediavelmente.

13. Não ignoro que uma coisa é o que se devia fazer e outra é o que se pode fazer. Por isso, compreendo que não se avance bruscamente para uma solução do tipo que deixo apontado. Todavia, considero essencial que desde já se aponte e se caminhe decididamente nessa direcção.

E é muito importante que assim seja, por duas razões fundamentais: a primeira decorre do nosso espírito rotineiro, alérgico à mudança; a segunda, da rapidez e da forma como se processou a descolonização.

Por deixarmos arrastar o que está, uma vez feita uma reorganização territorial — mesmo que então se diga que é apenas um ajustamento a que

outros se irão seguir —, há o perigo de, durante dezenas de anos, não mais se lhe mexer. A não ser que ela já contenha em si essas mesmas fases de evolução, bem vincadas e claramente explicitadas.

O termos, em ano e meio, passado a ser o país que já não éramos desde Quinhentos, exige uma rapidez de adaptação de todas as nossas estruturas — e, bem mais importante, ainda, de mentalidades — que não se compadece com um caminhar lento. É natural que todos os nossos esquemas de raciocínio tenham uma certa inércia, e natural dificuldade, em se ajustar à nova realidade que somos. Mas nós, os mais responsáveis, temos obrigação de ajudar a Nação a organizar-se de acordo com aquilo que realmente agora é.

Se Portugal teve de abandonar velhos sonhos de grandeza, todos nós, individualmente ou como organizações, temos também de modestamente encarar o nosso papel nesta hora.

E neste aspecto o Exército tem um grande exemplo a dar — que será ainda um grande serviço que presta ao País.

É neste espírito de realismo e de serviço que juntarei alguns comentários, quanto a algumas soluções de pormenor.

14. Quanto à organização do País em Regiões Militares, entendo que se deve caminhar para a sua redução, a muito curto prazo. Não se pode esquecer que é o próprio facto da sua existência que arrasta a dispersão e a multiplicação de Unidades.

Como um Objectivo, já muito próximo de tal META, vejo o território do Continente dividido em duas Regiões Militares (talvez separadas pelo Tejo e um paralelo à volta de Leiria, e com sedes, respectivamente, no Porto e em Lisboa), e uma Área Militar (à volta de Santa Margarida, incluindo ou não Tomar), sede da BMI, e directamente dependente do CEME.

Considero que tal articulação é suficiente para a dimensão do País e para o volume de forças previsto.

15. No que se refere a Órgãos de Comando e Estado-Maior, tudo aconselha a que se caminhe decididamente no sentido de uma forte centralização e de uma integração realista.

A situação é agora particularmente favorável para tal. Pode mesmo dizer-se que estão criadas condições que dificilmente se voltarão a verificar.

Com efeito, está em curso uma reestruturação e nela tem de se tomar uma posição a esse respeito: se não avançar claramente para tal meta, dir-se-á, com certa razão, que foi o Exército que se antecipou a fechar essa possibilidade.

Por isso, considero muito positiva a ideia de concentrar no edifício do EMGFA os EM dos Ramos. Sem dúvida essa proximidade física poria a cada Ramo a responsabilidade de se organizar em concordância e levá-los-ia a um repensar forçado da sua estrutura.

Compreendo que, para já, seja difícil falar numa integração muito avançada. Mas é, sem dúvida, a altura de a iniciar. Já não é só uma questão de economia e de eficiência: é, para o novo Portugal que somos, uma questão de dimensão.

E deve ser o Exército a reconhecer que lhe cabe dar passos significativos para que se vão integrando os Órgãos de Comando e Estado-Maior dos Ramos. E não só estes — também os Órgãos de Apoio.

Deve ter-se sempre presente que a existência de um CEMGFA com autoridade de facto, e por todos aceite, sobre os três Ramos, e a situação excepcional — e que não se repetirá — da independência do Poder Militar relativamente ao Poder Civil fazem desta oportunidade a ótima para se iniciar o processo de integração dos Ramos, que depois o tempo se encarregaria de ir desenvolvendo.

16. Como decorre de quanto venho dizendo, julgo que o número de Unidades deve, para já, ser muito reduzido. Uma estrutura tão dispersa e tão pesada ainda não facilitará que, a curto prazo, tenhamos um Exército de Qualidade.

Julgo que uma opção corajosa se impõe neste momento em que nos faltam não somente quadros como o dinheiro para o reequipamento do nosso Exército.

O encerrar de uma Unidade é ficar somente com o encargo do respectivo Quadro Permanente e economizar, portanto, uma verba avultada.

E com este saldo, quanto se podia fazer de mais útil para o Exército do que, no caso de um RI, levantar um Batalhão operacional, cuja eficiência deixará tanto a desejar. Quanto material se adquiriria? Quantos Oficiais poderiam frequentar cursos aqui no País e quantos poderiam ser enviados a assistir a exercícios e manobras no estrangeiro?

17. Se foquei estes exemplos, foi no intuito de mostrar quanto é importante a opção a fazer.

Aceitar a responsabilidade de uma «quadrícula», que tradicionalmente nos cabia, quando no Portugal que éramos o combate terrestre era quase tudo, e só muito cautelosamente nos libertarmos desta tarefa, sacrificando-nos a uma evolução muito lenta e cada vez mais distanciada dos outros Ramos — este, um caminho.

O outro talvez, aparentemente, nos retire privilégios ou projecção, mas garante-nos não apenas eficiência como prestígio no futuro.

Evidentemente que o bom senso não permite que se dêem mudanças bruscas, para mais quando o País se refaz da sua maior crise histórica. Por isso, não se poderá de imediato pôr de pé a solução teoricamente melhor.

Mas impõe-se, sem dúvida, caminhar, abertamente e sem medo, para ela.

Lisboa, 2 de Maio de 1978.

*Manuel Freire Themudo Barata*  
General